

VISÃO DO CORREIO

Aprimoramento da doação de órgãos desafia o país

O Brasil tem um dos sistemas públicos de transplantes mais complexos e completos do mundo: realiza procedimentos em rede nacional, hospeda centros de excelência e registra números importantes. Ainda assim, o país convive com longas filas, desigualdades regionais e gargalos que impedem que o potencial de doação seja plenamente convertido em vidas salvas. Amanhã, no Dia Nacional de Doação de Órgãos, vale a reflexão.

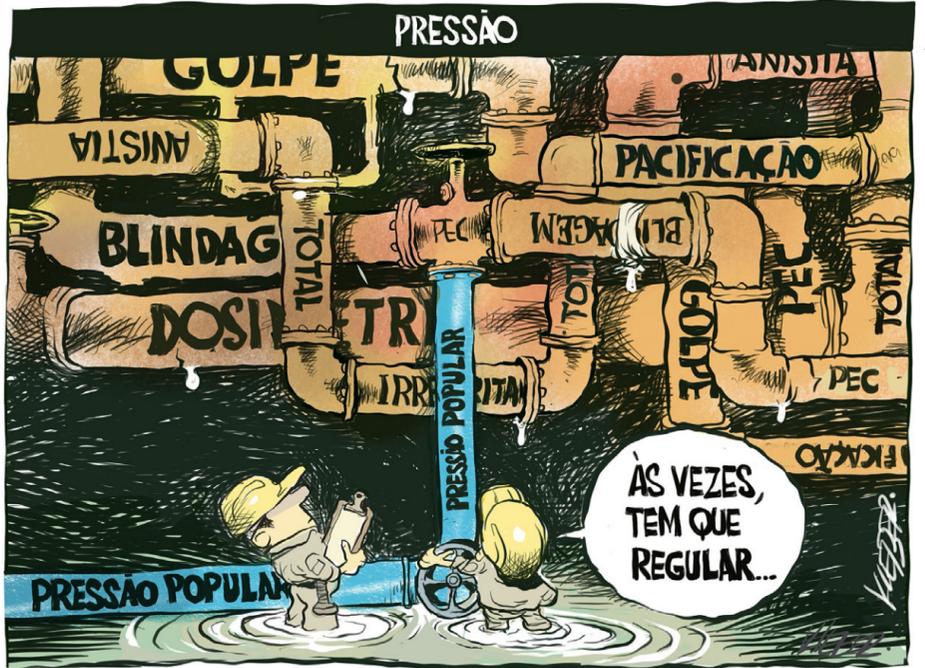
A boa notícia é que, em 2024, o Brasil bateu recorde nos transplantes realizados — mais de 30 mil procedimentos — e anunciou programas para modernizar o sistema. Mas a demanda permanece alta: cerca de 78 mil pessoas estavam em lista de espera no ano passado, com destaque para rim (aproximadamente 42,8 mil), córnea (32,3 mil) e fígado (2,4 mil). Em termos de doadores efetivos, o país superou a marca de 4 mil em 2024. Quando as entrevistas de acolhimento foram realizadas, cerca de 55% das famílias autorizaram a doação naquele ano — indicador que mostra ganho, mas também o peso da recusa familiar.

Na Câmara dos Deputados, propostas mais recentes, como o PL 4.679/2025, visam alterar a Lei nº 9.434/1997, para tornar presumida a autorização de doação post mortem, salvo manifestação contrária em vida. É o grande debate ético-jurídico — um potencial aumento de doadores versus riscos de fragilizar a confiança pública se implementado sem ampla conscientização e salvaguardas — que precisa ser conduzido com seriedade.

A doação de órgãos no Brasil ainda é um tabu. São vários os gargalos — sendo um deles a recusa familiar. Além disso, a subnotificação de potenciais doadores e as falhas na identificação precoce de morte encefálica reduzem o número de órgãos disponíveis. Sem falar no transporte de órgãos, na manutenção de equipes de captação, nas UTIs e salas cirúrgicas disponíveis. Todos esses fatores limitantes, especialmente em estados do Norte e Nordeste.

As desigualdades regionais são gritantes — poucos centros urbanos com grande capacidade (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Brasília) e estados com baixa oferta por habitante, resultando em filas desiguais e deslocamentos complexos para pacientes e familiares. Falta também um financiamento que estimule a doação viva — ou seja, transplantes de doadores vivos —, também capazes de reduzir filas, como no caso dos rins. O doador precisa ter segurança jurídica e emocional. Sem esse apoio, esse tipo de doação fica subutilizada.

É certo que o acolhimento sensível e a capacitação dos profissionais que entrevistam as famílias são determinantes para vencer esses obstáculos. Além disso, a janela de viabilidade dos órgãos exige coordenação rápida e custo operacional elevado. O país tem prática nesses processos, mas precisam ser aprimorados. Para quem espera, cada dia é um risco de morte ou piora irreversível.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Menos partidos

Não tenho dúvida alguma de que os partidos no Brasil são todos iguais e pensam apenas nos interesses de seus membros. Quando se está no poder, a máquina gira em proveito próprio, e tentam aprovar apenas projetos de interesse da agenda, além da distribuição de cargos e verbas para aliados. Quando perdem a eleição, se tornam oposição e passam a ser contra tudo. Passou da hora de uma reforma com a redução desse número infinito de partidos de aluguel. É preciso, também, diminuir salários e mordomias para que política seja vocação, e não meio de vida. Para colocar o país nos trilhos.

» **José Ribamar Pinheiro Filho**
Asa Norte

Jogando contra

As loucuras de Eduardo Bolsonaro para salvar a pele do pai ao custo de prejudicar o Brasil só vêm piorando, a cada dia, a situação dele junto à Justiça brasileira. O Eduardo está levando o pai a um final trágico. Será que ele ainda não caiu na real, de que o pai foi condenado a 27 anos de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e que os ministros que o julgaram e condenaram não vão voltar atrás, até mesmo com todas as sanções aplicadas a eles impostas pelo presidente Donald Trump? Os piores cegos são os parlamentares bolsonaristas que não querem enxergar o óbvio: as atitudes estão contribuindo, e muito, para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

» **Evanildo Sales Santos**
Gama

Crime organizado

Qual é a parte pragmática em não classificar o crime organizado no Brasil como organização terrorista? O povo já está sendo expulso de casa, as organizações estão atuando até na Bolsa de Valores, os investigadores são mortos nas ruas... Tudo o que Lula falou na Assembleia Geral da ONU sobre o risco de equiparar o crime organizado

ao terrorismo foi só teoria vazia e fantasia. Há alguma justificativa para proteger quem promove o terror na população?

» **Samuel de Castro**
Curitiba (PR)

Quanta diferença

Ao ouvir o discurso do presidente Lula no púlpito da Organização das Nações Unidas (ONU), fui levado a uma reflexão sobre a notável diferença em relação ao ex-presidente Jair Bolsonaro. Independentemente das opiniões sobre o atual presidente, a postura, a qualidade do discurso e os temas abordados revelam uma distância intelectual, política e humana incalculável entre eles.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos (SP)

Edu Lobo

Foi na segunda-feira desta semana na Escola de Música de Brasília no Teatro Maestro Leviño de Alcântara. Sala lotada. Uma grande estrela da música brasileira. Ele, o arranjador, compositor, cantor e multi-instrumentista Edu Lobo, acompanhado pelos outros talentosos Cristóvão Bastos, ao piano, Mauro Senise, nos sopros, Jorge Helder, no contrabaixo, e Jurim Moreira, na bateria. Ver-ouvir esse time ao vivo é de se emocionar. Para os apreciadores de bons acordes, foi histórico. Aos 82 anos, Edu Lobo tem uma voz musical portentosa. Sua interpretação de O trenzinho do caipira (Villa-Lobos-Ferreira Gullar) ao vivo é de engrandecer a alma de qualquer um. E escutar sua entonação em Ciranda da Bailarina (Chico Buarque-Edu Lobo) é para descontrair e rir com a letra. Essa noite soou como uma purificação em meio às sonorizações do mundo agitado de hoje, musical ou não. Os tímpanos, ali presentes, fomos sorteados com essa raridade. A música do Edu bebeu nas raízes e tradições populares, como ele bem explicou, pois viveu sua infância e adolescência em Pernambuco.

» **Eduardo Pereira**
Jardim Botânico

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Lema da Câmara dos Deputados: vergonha pouca é bobagem. Por unanimidade, a CCJ do Senado arquiva a PEC da Blindagem, após afirmar que ela abre as portas do Congresso Nacional para o crime organizado.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Senado enterra a PEC da Blindagem sob o eco das vozes das ruas, que “trombetearam” essa mandragem de políticos...

Marcos Paulino — Vicente Pires

PEC da Blindagem enterrada. Agora, quero ver o Congresso gastar tempo com o que importa: aprovar a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil.

Múcio Botelho — Brasília

Uma honra conhecer Guilherme Reis e trabalhar com ele por quatro anos. Deixou legado e conduziu outros a fazerem o mesmo por Brasília. Obrigado pela convivência e pelo aprendizado, meu amigo!

Fernando Ouriques — Brasília

Baleados perto da Colina da UnB: falta de aviso que o final da Asa Norte está perigoso é que não é! Cadê o governo desta cidade? O pior é ver que as propagandas só ressaltam obras. Espero ver mais sobre saúde e segurança

Thaissa Gaudereto — Brasília

Ignorar o alerta de Zelensky é aceitar que a paz seja apenas um privilégio, não um direito. Se o mundo não se posicionar agora, talvez não haja mundo para se posicionar depois.

Pacelli M. Zahler — Sudoeste



ROBERTO FONSECA
robertofonseca.df@dabr.com.br

O custo do efeito manada

A cena política brasileira na última semana escancarou um vício recorrente em Brasília: o efeito manada. Trata-se da prática em que parlamentares seguem a orientação dos líderes sem avaliar, de fato, as consequências políticas e eleitorais das escolhas. Foi exatamente o que se viu na tramitação da já enterrada PEC da Blindagem, cuja aprovação na Câmara acabou seguida por um arrependimento em massa. Diante da reação popular, muitos deputados correram às redes sociais para pedir desculpas e tentar se descolar do próprio voto.

A proposta, como se sabe, buscava recriar um regime de privilégios processuais extintos há mais de duas décadas, impondo voto secreto em casos de prisão e submetendo ações penais a um filtro corporativista. Era um retrocesso evidente que, na prática, livraria congressistas e líderes partidários da investigação de crimes graves, erguendo um verdadeiro escudo de impunidade. Não por acaso, recebeu apelidos nada elogiosos como “PEC da Imoralidade”, “PEC da Bandidagem”, “PEC do Escudo da Corrupção”, entre tantos outros.

O mais revelador, no entanto, não foi apenas o conteúdo da proposta, mas a conduta dos que a aprovaram. Ao se deixarem levar pelo movimento da maioria, sem medir consequências, deputados mergulharam na lógica do rebanho político: votaram porque outros votaram, apoiaram porque parecia conveniente naquele momento. Poucos tiveram coragem de se contrapor ao clima favorável à blindagem. Só quando a sociedade foi às ruas no fim de semana, em todas as capitais, com grandes atos na Avenida

Paulista e na praia de Copacabana, é que o jogo virou. O arrependimento coletivo mostrou-se menos um gesto de consciência cívica e mais uma tentativa de escapar do desgaste eleitoral.

O Senado, por sua vez, soube interpretar a mudança de cenário. A rejeição unânime da PEC pela CCJ é, antes de tudo, um reflexo direto da pressão social. É sintomático que apenas diante de manifestações massivas o Congresso se lembre da função republicana que o acompanha. Ao enterrar a proposta, os senadores evitaram um desastre institucional maior e, ao mesmo tempo, aliviaram o peso que recaía sobre os ombros dos colegas da Câmara.

A história da PEC da Blindagem deixa uma lição incômoda. Um Legislativo que age por instinto de manada e recua apenas quando acuado pela opinião pública não cumpre plenamente o papel democrático. A política não pode se reduzir a um exercício de conveniência; deve ser, antes de tudo, um compromisso com responsabilidade. Não basta comemorar a vitória momentânea contra a proposta. É preciso enfrentar o problema de fundo, que é o sistema de privilégios e acomodações que ainda sustenta práticas de autoproteção no poder.

Para ter um Congresso menos refém de pressões imediatistas e mais comprometido com o interesse público, é fundamental avançar em reformas que fortaleçam a transparência, reduzam os benefícios corporativos e devolvam ao voto parlamentar o peso da convicção. A sociedade mostrou que sabe reagir. Cabe aos nossos legisladores demonstrarem que também sabem aprender.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

Localidade	SEG/SÁB	DOM
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00

Assine
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp

*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empreito terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131



D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br